Demonstrações Financeiras

Instituto Cacau Show

31 de dezembro de 2019 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Edifício Trade Tower Av. José de Souza Campos, 900 1° e 3° andares - Nova Campinas 13092-123 - Campinas - SP - Brasil

Tel: +55 19 3322-0500 Fax: +55 19 3322-0559 ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros **Instituto Cacau Show**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Cacau Show (a "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Cacau Show em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a



data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de julho de 2020.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC 2SP034519/O-6

Alexandre Fermino Alvares Contador CRC 1SP 211793/O-5

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	2019	2018
Ativo		
Circulante	. =	0.000.004
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	1.764.051	3.096.091
Outros ativos	42.536	40.814
	1.806.587	3.136.905
NIS a street lead of		
Não circulante	044454	
Ativo disponível para venda (Nota 7)	614.154	-
Propriedade para investimento		614.154
Imobilizado (Nota 6)	352.485	380.758
	966.639	994.912
Total do ativo	2.773.226	4.131.817
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	-	1.864
Obrigações tributárias	49.436	28.715
Obrigações trabalhistas e encargos sociais (Nota 8)	284.428	170.506
	333.864	201.085
Patrimônio líquido (Nota 9)	2.439.362	3.930.732
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.773.226	4.131.817

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	2019	2018 (Reapresentado – Nota 2.4)
Receitas das atividades Recursos provenientes de doações (Nota 10) Receita de serviços prestados (Nota 10) Gratuidades (Nota 10)	5.844.312 209.502 1.027.393	2.573.869 113.201 986.297
Total das receitas	7.081.207	3.673.367
Despesas das atividades sociais Gastos aplicados em projetos (Nota 11) Depreciação Serviços prestados por terceiros (Nota 12) Pessoal (Nota 12) Outras despesas assistências, líquidas (Nota 12)	(596.834) (71.241) (1.845.778) (4.971.064) (1.191.226) (8.676.143)	(109.768) (61.811) (1.660.127) (2.332.208) (767.951) (4.931.865)
Déficit operacional	(1.594.936)	(1.258.498)
Receitas financeiras, líquidas	103.566	45.738
Déficit do exercício	(1.491.370)	(1.212.760)

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	2019	2018
Déficit do exercício	(1.491.370)	(1.212.760)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(1.491.370)	(1.212.760)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.143.492
Déficit do exercício	(1.212.760)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.930.732
Déficit do exercício	(1.491.370)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.439.362

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	2019	2018
Fluxos de caixa de atividades operacionais Déficit do exercício	(1.491.370)	(1.212.760)
Depreciação Valor residual de ativo imobilizado baixado	71.241 26.030	61.811 -
Variações nas contas patrimoniais Outros ativos Fornecedores Obrigações trabalhistas e encargos sociais Obrigações tributárias Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1.722) (1.864) 113.922 20.721 (1.263.042)	7.787 (19.158) 98.125 17.548 1.046.647
Fluxos de caixa das atividades de investimento Aquisições de imobilizado Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(68.998) (68.998)	(250.689) (250.689)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(1.332.040)	1.297.336
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 5) Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 5)	3.096.091 1.764.051	4.393.427 3.096.091

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

O Instituto Cacau Show ("Entidade"), fundado em 2009, é uma entidade civil de interesse público (OSCIP), certificada Número: Processo MJ nº 08071.019503/2014-31) Página DOU: 38 (DOU Ano CLI Nº 195), com data da publicação em 09 de outubro de 2014, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Itapevi, Estado de São Paulo.

A partir de 2015, e com a entrada em vigor da Lei nº 13.019/14, conhecida como o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MRSOC, diversas mudanças na legislação passaram a estender as vantagens inerentes às OSCIP para praticamente todas as Organizações Sociedade Civil – OSC, independentemente de titulações. Ainda, o Ministério da Justiça extinguiu o Cadastro Nacional de Entidades Sociais – CNES e a obrigatoriedade de prestação de contas anual para as OSCIP. Para fins de manutenção do credenciamento, basta que as entidades mantenham atualizados junto ao Ministério da Justiça os dados relativos à finalidade ou regime de funcionamento que possam implicar em mudanças das condições da qualificação. Portanto, qualquer alteração no estatuto ou mudança de endereço devem ser comunicadas sob pena de perda da qualificação.

O principal objetivo da Entidade é atender de forma continuada, permanente e planejada serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica ou especial e de defesa de direitos socioassistenciais, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades e risco social e pessoal, atendendo a criança, adolescentes, jovens, adultos e idosos por meio de atividades educacionais, culturais, esportivas, artística, lúdicas, profissionalizantes e de geração de renda com vistas a proteção à família e seus membros, em todas as faixas etárias.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela administração do Instituto em 30 de julho de 2020.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade, neste caso a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, quando aplicável estão incluídas na Nota 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Entidade.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável.

2.4. Reapresentação das cifras de 2018

A administração da Entidade, após reavaliação de determinados temas e objetivando melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro, decidiu pela reapresentação da demonstração do resultado findo em 31 de dezembro de 2018, com o objetivo de apresentar as gratuidades recebidas por terceiros pelo seu valor justo, uma vez que tratam-se de prestação de serviços e/ou atividades profissionais prestados à Entidade de forma gratuita ("Pro Bono"), conforme demonstrado abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Reapresentação das cifras de 2018--Continuação

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Receitas das atividades Recursos provenientes de doações (Nota 10) Receita de serviços prestados (Nota 10) Gratuidades (Nota 16)	2.573.869 113.201	- - 986.297	2.573.869 113.201 986.297
Total das receitas	2.687.070	986.297	3.673.367
Despesas das atividades sociais			
Gastos aplicados em projetos (Nota 12) Depreciação Serviços de terceiros (Nota 13) Pessoal (Nota 13) Outras despesas (Nota 13)	(109.768) (61.811) (673.830) (2.332.208) (767.951) (3.945.568)	(986.297) (986.297)	(109.768) (61.811) (1.660.127) (2.332.208) (767.951) (4.931.864)
Déficit operacional	(1.258.498)		(1.258.498)
Receitas financeiras	45.738	-	45.738
Déficit do exercício	(1.212.760)	-	(1.212.760)

As doações com gratuidades estão substancialmente relacionadas com o seguinte:

- (i) utilização de forma gratuita do imóvel da sede do Instituto, cedido pela IBAC, tendo o seu valor de aluguel mensal estimado em R\$ 51.471 (valor anual de R\$ 617.656); e
- (ii) serviços profissionais administrativos prestados por executivos da IBAC, estimado no valor mensal de R\$ 30.720 (valor anual de R\$ 368.641).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. A Entidade inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Entidade para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Entidade se compromete a comprar ou vender o ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros -- Continuação

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado.

c) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Entidade mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Entidade ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa e outros ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros -- Continuação

g) <u>Desreconhecimento</u>

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (ii) A Entidade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Entidade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Entidade nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Entidade transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Entidade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Entidade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Entidade.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

h) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Entidade reconhece as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Entidade espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros -- Continuação

h) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

A Entidade aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Entidade não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Entidade estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores.

b) Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

c) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros—Continuação

Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

d) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.6. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, formação, construção ou aos valores atribuídos às doações patrimoniais e deduzidos da depreciação acumulada. Registrado ao custo de aquisição ou valor estimado de doação. A contrapartida de doações é contabilizada diretamente ao resultado do exercício. A doação inicial disponibilizada pelo fundador é reconhecida em conta do patrimônio líquido social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis—Continuação

2.6. Imobilizado--Continuação

A depreciação é registrada pelo método linear, à taxa fiscal, que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O imóvel onde o Instituto Cacau Show está instalado é de propriedade da IBAC - Indústria Brasileira de Alimentos e Chocolate Ltda. e cedidos gratuitamente (Nota 2.4).

2.7. Reconhecimento da receita

As doações e contribuições recebidas pela Entidade, bem como a receita financeira resultante da aplicação desses recursos são reconhecidas no resultado.

2.8. Ativos mantidos para venda

A Entidade classifica ativos um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Entidade está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação, conforme indicado na Nota 7.

2.9. Gratuidades

O Instituto Cacau Show reconhece em suas demonstrações financeiras as gratuidades que estão a sua disposição em forma de prestação de serviços ou atividade profissional feita de forma gratuita e com a mesma qualidade e responsabilidade como se fosse pago. A gratuidade é reconhecida pelo seu valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais práticas contábeis—Continuação

2.10. Obrigações trabalhistas e encargos

O Instituto Cacau Show reconhece em suas demonstrações financeiras os saldos a pagar referentes a folha de pagamento e seus respectivos encargos.

2.11. Patrimônio social

Representa o patrimônio social inicial da Entidades, das "Doações e Subvenções" de sua constituição e resultado do superávit (déficit) do exercício. Os superávits gerados são empregados integralmente nos seus objetivos sociais, bem como os déficits absolvidos pelo patrimônio social.

2.12. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2019

A administração da Entidade efetuou o estudo e análise das outras normas e interpretações que se aplicaram pela primeira vez em 2019, tais como: (i) CPC 06 (R2) – Arrendamentos; (ii) ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro; (iii) CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa; (iv) CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos; (v) CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto; e (vi) Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 (CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos), e concluiu que essas não trouxeram nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade.

2.13. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019

As novas normas e interpretações ou alterações de normas emitidas, mas que ainda não entraram em vigor, estão descritas a seguir. A Entidade pretende adotar as respectivas normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).
- IFRS 17 Contratos de Seguros (Equivalente ao CPC 50).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão substancialmente relacionadas com a definição de vida útil dos bens do ativo imobilizado (Nota 2.6).

4. Gestão de risco financeiro

A gestão de risco é realizada pelo departamento financeiro da Entidade, que identifica, avalia e protege a entidade de eventuais riscos financeiros.

	2019	2018
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.764.051	3.096.091
	1.764.051	3.096.091
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Fornecedores	-	1.864
	-	1.864

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Entidade opera com instrumentos financeiros, substancialmente compostos por caixas e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Considerando a natureza dos instrumentos os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

b) <u>Caixa e equivalentes de caixa, títulos valores mobiliários, outros ativos circulantes e contas a pagar</u>

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro—Continuação

c) Gestão de riscos financeiros

A Administração da Entidade gerencia os riscos por intermédio de seu departamento financeiro que orienta a Administração em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

d) Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo as mesmas monitoradas pela administração.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Depósitos bancários em conta corrente	_1	565.222
Caixa interno Aplicações financeiras	796 1.763.254	2.530.869
Aplicações ilitariceitas	1.764.051	3.096.091

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos realizados com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diárias, baixo risco de crédito e remuneração é de 93% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado

	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Equipamentos musicais e esportivos	Total
31/12/2018	45.099	80.492	19.738	165.411	70.018	380.758
Depreciação Adições Baixas	(5.269) - -	(6.315) 9.352 (18.500)	(8.578) 32.901 (2.248)	(43.988) - -	(7.091) 26.745 (5.282)	(71.241) 68.998 (26.030)
31/12/2019	39.830	65.029	41.813	121.423	84.390	352.485
Taxa de depreciação %	10%	10%	10%	20%	10%	

7. Ativo disponível para venda

A Entidade publicou a decisão de seu Conselho de Administração de vender o imóvel localizado na Estrada de Ribeirão Laje, s/nº - Vargem Grande – SP, representado 62.600m² anteriormente classificado como propriedade para investimento. O referido imóvel não é ocupado pelo Instituto Cacau Show. A venda do referido imóvel está prevista para ser concluída em 31 de agosto de 2020, e em 31 de dezembro de 2019 estavam sendo negociadas as condições finais para a venda. Desta forma, a administração da Entidade, classificou o referido ativo como mantido para venda, uma vez satisfez os critérios para ser classificada como mantida para venda, como a seguir:

- O terreno está disponível para venda imediata, podendo ser vendida a um potencial comprador em seu estado atual;
- As ações requeridas para se completar a venda foram iniciadas e são esperadas que sejam concluídas em um ano a partir da data de classificação;
- Negociações preliminares com um potencial comprador já foram iniciadas.
- Outros potenciais compradores foram identificados, caso as negociações com o potencial comprador não resultem em venda; e

O valor justo estimado para o terreno é de R\$5.555.000, conforme avaliação efetuada por avaliadores de imóveis da região.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Obrigações trabalhistas e encargos

São obrigações com funcionários ou encargos sobre folha e férias, calculados conforme legislação vigente. Os encargos sobre folha são pagos no mês subsequente ao cálculo da folha.

	2019	2018
Salários	156.686	96.557
Encargos sociais	127.742	73.949
	284.428	170.506

9. Patrimônio líquido ou social e suas disposições

(a) Doações e constituição do patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é constituído de todos os bens, direitos e obrigações os quais são ou venham a ser de titularidade da Entidade na data de sua instituição e especialmente:
(a) doações já feitas pelos instituidores e depositadas em instituição bancária; (b) outros bens e direitos obtidos por doações, legados, aquisições diretas e doações oficiais para investimentos ou inversões financeiras; (c) parcelas de receitas que lhe sejam incorporadas; (d) resultado líquido eventualmente apurado de atividades desenvolvidas por terceiros com a participação financeira da Entidade, dentre outras.

Os bens e direitos somente podem ser utilizados para realizar os objetivos fundacionais, permitida a oneração ou alienação do patrimônio desde que mediante expressa autorização da Diretoria Executiva da Entidade, conforme previsto na Nota 1.

(b) Dissolução

Na hipótese da associação perder a qualificação instituída pela Lei nº 9.790/99 (OSCIP) e legislações posteriores, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que manteve essa qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente, que possua o mesmo objeto social.

(c) Outras disposições

De acordo com as disposições do Estatuto Social, a Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, até o mês de abril de cada ano, para deliberar sobre as demonstrações financeiras, examinar o relatório da diretoria referente às atividades desenvolvidas pelo Instituto no exercício anterior, e, quando for o caso, eleger Presidente de Honra e os membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e extraordinariamente, sempre que o interesse social assim o exigir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Receita das atividades assistências e serviços prestados

A composição da receita das atividades e serviços prestados pela Entidade está relacionada com a arrecadação de fundos para gerir as ações para promover a educação e assistência social e de promoção da cultura organizada. Essas contribuições são oriundas de empresas do setor privado e de pessoas físicas. As composições das doações recebidas em espécie e/ou em forma de gratuidade para custeio dos projetos e das demais despesas operacionais no exercício, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
		(Reapresentado
		- Nota 2.4)
Presidente, Diretores e executivos da IBAC	3.743.623	401.535
Pessoas jurídicas diversas	698.664	360.759
Pessoas físicas diversas	19.907	237.422
Gratuidades (iii)	1.027.393	986.297
Leis de Incentivo (ii)	1.382.118	1.574.153
Serviços prestados (i)	209.502	113.201
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	7.081.207	3.673.367

- (i) A Entidade é certificadora para capacitação de Jovem Aprendiz, portanto, apresentando faturamento mensal aos clientes, referente a taxa administrativa para capacitação dos jovens.
- (ii) Valor recebido em doação por meio da Lei das OCIPS das empresas do Grupo Cacau Show (IBAC. e Allshow); e
- (iii) A Entidade reconhece como gratuidade o aluguel do imóvel de uso da sede do Instituto, cedido pela IBAC, sendo o valor do aluguel mensal de R\$ 53.616 (2018 R\$ 51.471), bem como trabalho voluntário cedido por profissionais e/ou executivos da IBAC., estimados no valor mensal de R\$ 32.000 (2018 R\$ 30.720).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Gastos aplicados em projetos

As doações abaixo são efetuadas a entidades parceiras para apoio a projetos desenvolvidas por elas

	2019	2018
Núcleo Comunitário Betânia	11.042	50.518
Associação Shekinah Company	3.500	42.000
Projeto Fazendinha	-	9.170
Instituto Sarepta	-	6.400
Projeto Jovem Aprendiz	-	1.680
EPROCAD	21.413	-
Recanto	7.470	-
Inst. Co-Resp Educação - ICE	553.409	-
	596.834	109.768

A natureza dos principais projetos compreende o seguinte:

- Núcleo Comunitário Betânia O Núcleo Betânia é uma organização social, com sede própria no bairro de Chácara Santa Cecília, município de Itapevi, SP. Em parceria desde 2013, o Instituto atende regularmente cerca de 320 crianças por meio de ofertas socio educacionais desenvolvidas na sede do Instituto. O formato de financiamento é o custeio de despesas fixas do Núcleo Betânia por meio de doações.
- Associação Shekinah Company O Instituto apoiou entre 2016 e o início de 2019 a
 realização de aulas de dança gratuitas para crianças e adolescentes em situação de
 vulnerabilidade em parceria com a escola de dança Shekinah Company, com sede em
 Santana de Parnaíba, SP. Nesse período, uma média de 85 educandos foram atendidos de
 forma continuada. O formato de financiamento consistiu em patrocínio direto (doação) para
 custeio de educadores e despesas de manutenção.
- EPROCAD Fundada em 1985 em Santana de Parnaíba, SP, a Fundação EPROCAD é referência no trabalho em educação e esportes com a juventude. Desde 2019, o Instituo realiza em conjunto com a Fundação o atendimento de jovens no programa Inspire Jovem, trazendo o conhecimento em educação e a especialização em esporte da Fundação EPROCAD. O formato de financiamento é custeio de educadores especialistas por meio de doação à Fundação EPROCAD e a contrapartida é o uso do espaço, fornecimento de transporte gratuito para educandos e equipe de gestão (coordenação e serviço social).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Gastos aplicados em projetos--Continuação

Recanto – O Recanto da Cruz Grande é uma organização social sem fins lucrativos, parte da Rede Salesiana Brasil. Com sede em um dos bairros mais afastados no município de Itapevi, SP, promove o acesso à educação pública e serviços socioassistenciais com recursos próprios e também em parceria com o poder público. A parceria do Instituto com a organização existe desde 2012 por meio do atendimento de cerca de 500 crianças no contraturno escolar no contexto do programa "Leitura Viva" e, a partir de 2019, com o atendimento de adolescentes no programa "Inspire Jovem". O formato de financiamento por um breve período foi a doação ao Recanto da Cruz Grande para fornecimento de alimentação aos educandos e como contrapartida, a cessão do uso do espaço. Posteriormente, o Instituto passou a custear a alimentação diretamente por fornecedor terceirizado.

Instituto de Corresponsabilidade pela Educação - ICE – Fundado em 2003 no munícipio do Recife, PB, criou o modelo de educação integral "Escola da Escolha" que já foi implementado em mais de 1.100 escolas em 16 estados brasileiros. Como parte de uma nova frente de investimento social do Instituto Cacau Show, a parceria com o ICE permitirá a implementação da metodologia do ICE em 6 escolas públicas de educação integral da rede municipal de Itapevi, SP, entre os anos de 2019 e 2021, expandindo assim o impacto de nosso trabalho para mais de 4.500 crianças no período. Em 2019 foram iniciados os trabalhos de formação e preparação, e em setembro foi inaugurada a primeira escola de educação integral do município de Itapevi, SP, que beneficia 1.000 crianças entre 06 e 10 anos. Faz parte do projeto a transferência de conhecimento para o Instituto Cacau Show de forma a perpetuar o impacto por meio da continuidade do projeto após o término da assessoria do ICE, o formato de financiamento é a doação direta ao ICE.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Despesas por natureza

	2019	2018
		(Reapresentado – Nota 2.4)
Aluguel sede (Reapresentado - Nota 2.4)	643.393	617.656
Trabalho voluntário (Reapresentado - Nota 2.4)	384.000	368.640
Pedagógico e evento	395.677	152.155
Informática	74.879	221.147
Manutenção e limpeza	222.292	189.444
Outros Serviços	125.537	111.085
Salários e Ordenados	2.770.941	1.356.896
Férias e 13º	546.916	223.187
Benefícios	470.481	190.558
Encargos	1.139.316	530.202
Outras despesas	43.410	31.365
Despesas tributárias	56.774	48.569
Despesas com atividades e eventos Despesas gerais e administrativas	693.405 441.047	550.579 168.803
	8.008.068	4.760.286
Serviços prestados por terceiros (i)	1.845.778	1.660.127
Despesas com pessoal (ii) Outras despesas assistências, líquidas (iii)	4.971.064 1.191.226	2.332.208 767.951
Outras acopesas assistencias, ilquidas (iii)	8.008.068	4.760.286

- (i) As despesas estão relacionadas com despesas de consultoria na área de desenvolvimento pedagógico, apoio ao seminário de mentalidades matemáticas, reembolso de despesas da oficina de mentalidades matemáticas, pagamento de assessoria no See Learning, dentre outras, despesas inerentes as atividades do Instituto. Também, inclui o montante da das despesas via gratuidade referente ao aluguel da sede do Instituto e o trabalhos voluntários prestados por executivos da IBAC, conforme Nota 10.
- (ii) As despesas com pessoal estão relacionadas com profissionais diversos contratados através da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), com o objetivo de prestar as atividades fins do Instituto, tais como:
 - <u>Faixa etária dos 6 aos 13 anos</u>:
 Alfabetização: apoio escolar e leitura viva;
 Esportes: dança e capoeira; e

Musicalização: Violão, canto e percussão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Despesas por natureza — Continuação

Faixa etária dos 14 aos 17 anos:

Jogos: Capoeira, prática de lutas, culinária, fotografia e dança; Musicalização: Teatro, violão, canto e percussão; e Profissionalizante: Inglês, português, redação, matemática, informática, educação social e design gráfico.

Faixa etária dos 14 aos 24 anos:

Jovem Aprendiz: seleção e treinamento do Programa Jovem Aprendiz, atendendo às necessidades de empresas da região de Itapevi, combinando formação teórica e prática, aprimorando e desenvolvendo habilidade e competências para vida profissional.

(iii) Outras despesas estão relacionadas com gastos de manutenção, material de escritório, material de consumo, despesa com deslocamento e, também com eventos vinculados a área pedagógica ocorridos durante 2019.

13. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Entidade não possui ações envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis ou possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos.

14. Partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a) Doações

2019	2018
3.743.623	401.535
882.118	374.153
500.000	1.200.000
5.125.741	1.975.688
643.393	643.393
384.000	368.640
1.027.393	1.012.033
6.153.134	2.987.721
	3.743.623 882.118 500.000 5.125.741 643.393 384.000 1.027.393

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Instituto não remunerará, por qualquer forma, os membros da Diretoria, Conselho administrativo e Conselho Fiscal, nem qualquer membro associado, por serviços por eles prestados e não distribuirá entre os associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidas mediante o exercício de suas atividades.

Os serviços dos executivos do Grupo Cacau são considerados como trabalho voluntário, conforme descrito na nota 2.9.

15. Aspectos fiscais

Conforme o artigo 13 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Tais entidades são isentas de PIS sobre receitas nos termos do §1º, do artigo 14 da MP nº 2158-35/01, desde que preencham os requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

No que diz respeito à COFINS, o inciso X, do artigo 14 da MP nº 2158-35 de 2001 determina a não incidência sobre as receitas das instituições sem fins lucrativos. Também nesse caso, o gozo da isenção depende do preenchimento dos requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

Adicionalmente, nos termos do inciso III e do § 1º do artigo 14 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, estão isentas de PIS e COFINS as receitas dos serviços prestados à pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas.

O Instituto Cacau Show, entidade sem fins lucrativos, está isento do imposto de renda e das contribuições sociais, nos termos do artigo 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Gestão de risco financeiro

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial consistem basicamente em caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras (conforme nota explicativa 4). A Instituição não possui empréstimos com terceiros.

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pela Instituição. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes e depósitos em instituições financeiras. Para as instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha no mercado.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Instituição e monitorada pela diretoria do Centro, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Instituição para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Entidade investe seus recursos em aplicações financeiras e debêntures, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem segura conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

17. Cobertura de seguros (não auditado)

A Entidade contratou cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Eventos subsequentes

Impactos do COVID 19 (Coronavirús) nos negócios da Entidade

Recentemente a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou que o surto do coronavírus COVID-19 configura uma pandemia em escala global. A referida pandemia já demonstrou ter impactos relevantes, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, criação de condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global, podendo afetar a disponibilidade de determinadas atividades sociais fornecidas pela Entidade.

A Entidade seguindo as orientações da OMS e das Autoridades de Saúde locais tomou diversas medidas para proteger seus colaboradores da epidemia, sempre buscando manter a atividade operacional e sua capacidade de atender seus usuários.

Para o plano de retomada, estão sendo adotadas as recomendações sanitárias das organizações competentes assim como as referências de boas práticas de organizações sociais e educacionais, entre elas são a instalação de aplicadores de álcool em gel nas instalações do Instituto, disponibilização de máscaras para os colaboradores, aferição de temperatura dos educandos e colaboradores na entrada de cada espaço, instalação de lavatórios para lavagem das mãos na entrada dos espaços e sinalização e comunicação quanto ao distanciamento entre as pessoas e o modo de conduta dentro das instalações.

A administração da Entidade vem elaborando um cronograma de retomada de atendimento de seus educandos, neste cronograma está sendo considerado a retomada parcial e gradual de suas atividades. Até o momento as atividades sociais ministradas pela Entidade ainda não foram retomadas, ficando no aguardo da decisão do Governo do Estado de São Paulo para retomar as atividades educacionais.

* * *